UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUSTIÇA CRIMINAL E SEGURANÇA PÚBLICA

VITIMIZAÇÃO POLICIAL MILITAR FORA DO SERVIÇO

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA LEAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública.

ORIENTADORA: Profª. Izabel Nuñez

NITERÓI

2015

VITIMIZAÇÃO POLICIAL MILITAR FORA DO SERVIÇO

MARCOS LEAL

> "Os policiais precisam reconhecer que para servir e proteger a comunidade, eles precisam primeiro estar preparados para proteger a si mesmos" (Pinizzotto, 1997, p.47).

RESUMO:

No Rio de Janeiro, a vitimização policial militar é uma questão para o campo da segurança pública. O presente trabalho tem por objetivo, produzir uma análise de casos classificados como "vitimização policial" pela mídia e pela polícia e, a partir disso, pensar como o Estado, através das instituições, expõe seus agentes ao risco, tornando-os vítimas do próprio sistema de segurança pública e como as politicas de combate as drogas e outras questões conjunturais podem ter influenciado na estruturação das corporações, para formular suas práticas e doutrinas, que afetam a forma que seus integrantes agem.

Palavras-Chave: morte de policiais, vitimização policial, porte de arma fora do serviço.

ABSTRACT:

In Rio de Janeiro, the military police victimization is a matter for the field of public safety. This work aims to produce an analysis of cases classified as "police victimization" by the media and the police, and from that, think how the state, through the institutions, exposes its agents to risk, making them victims of their own public safety system and how policies to combat drugs and other cyclical issues may have influenced the structuring of corporations to formulate their practices and doctrines that affect the way that its members act.

Key-words: death of police officers, police victimization, bear arms out of service.

INTRODUÇÃO:

A escolha do presente tema parte da minha vivência como policial militar que, ao atuar no Batalhão de Policiamento em Vias Especiais (BPVE), no serviço de visibilidade, durante uma ocorrência na Avenida Brasil, minha guarnição foi alvejada por traficantes do complexo da Maré. Na ocasião três policiais sofreram violência letal e vieram a falecer, foi um período que muitas viaturas sofreram ataques. Nessa época vários agentes, inclusive eu, camuflavam a farda na mala do carro, assim como minha identificação, e não portavam arma de fogo, pois a localidade do batalhão situado em Vila Kenedy era distante de minha residência em São Gonçalo. Assim, durante o trajeto de ida e volta para o trabalho passava entre áreas criticas onde era comum ocorrer arrastões ou falsas blitz, e, em decorrência disso, alguns colegas foram vitimados por serem identificados como policiais militares.

A questão vitimização policial militar surgiu após uma ocorrência no dia 01 de maio de 2004, numa noite de sábado, feriado do dia dos trabalhadores, quando assumi o serviço e, como de praxe, procedendo para o local de Ponto Base (PB), situado na Av. Brasil. Havia uma determinação para que no período da noite duas viaturas atuassem juntas, pois na ocasião os "BONDES"[1] que transportavam criminosos de uma favela para outra, estavam atacando guarnições da PM. Cumprindo a determinação, procedemos para a entrada da Vila do João e atuamos no baseamento juntamente com outra guarnição, por volta das 21:00, um primeiro disparo atingiu o radiador do carro, logo em seguida vários disparos atingiram a viatura e os policiais que estavam a sua volta.

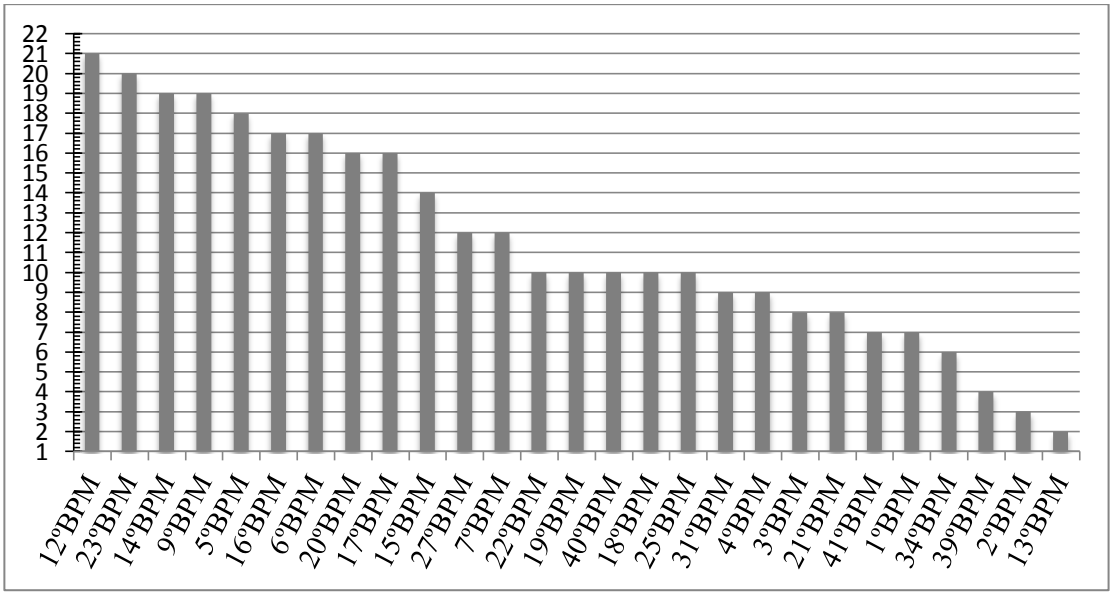
Após a chegada das viaturas que procederam em apoio e depois de identificar os prejuízos, foram constatados que além do Soldado Vieira ter sido alvejado com um tiro de fuzil que entrou pelas costas e saiu pelo peito vindo a óbito no local, o Soldado Messiba foi alvejado na coxa atingindo a sua femural, perdendo muito sangue e, em decorrência dos ferimentos, veio a óbito, o Soldado Paulo Roberto que foi alvejado na altura do abdômen ficou internado e veio a óbito 10 dias depois. Nesta mesma época acontecia um fenômeno chamado "falsas blitz[2]" onde marginais efetuavam bloqueios nas ruas paravam carros para efetuar assaltos, arrastões e abordavam pessoas para revista-las e roubar os seus pertences, com isso muitos policiais militares voltando para casa ou indo para o serviço acabavam

[1] O termo bondes é usado para denominar a escolta motorizada de traficantes no Rio de Janeiro. (COLLOVINI, 2010, p. 66)

[2] O policial militar Márcio Ribeiro foi morto em uma falsa blitz de bandidos próximo à Vila Olímpica da Mangueira. Os bandidos usaram cinco carros para a falsa blitz. Estadão, 03 jan. 2004.

sendo: parados, identificados e mortos, o que fez alguns colegas de corporação desenvolver a estratégia de andar com a farda, escondida na mala do carro e desarmado, pois seria desproporcional um confronto com vários elementos armados de fuzil e o policial militar sozinho atirando com a sua arma particular, habitualmente utilizado naquele período um revolver calibre .38 ou uma pistola calibre .380, nesta época se pode observar que na folga o mais seguro era andar desarmado e sem nenhum objeto que pudesse identificar como policial.

Tabela 1: PMs mortos fora do serviço de Janeiro/2007 à Setembro/2014. (Batalhão)



Fonte: Diagnóstico de vitimização policial – EMG/EGQ[3] – PMERJ – Junho/2015.

Trazendo esta questão para a atualidade, após 11 anos desta experiência, hoje servindo no 12º BPM - Niterói, unidade na qual o diagnóstico feito pela instituição, mostra o maior números de policiais militares mortos fora do serviço, nos últimos 7 anos. Elaborei um trabalho que pretendo pensar como são classificados os casos de mortes dos policiais na folga? Em diálogo com o conceito trazido por ASÚA, Jiménez de. (1961), tais casos podem ser considerados "vítimas indiferentes" ou "vítimas determinadas"? A forma como as politicas públicas de segurança orientam as instituições, voltadas para os confrontos com a criminalidade, contribuiu para o impacto nos índices de vitimização?

O primeiro obstáculo da pesquisa, além das imposições de tempo, foi o acesso às informações e dados necessários para a realização do trabalho. No dia 16 de março de 2015, foi protocolado, um ofício da Universidade Federal Fluminense junto ao 12º Batalhão de

[3] Estado Maior Geral / Escritório de Gestão da Qualidade – Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Polícia Militar, juntamente com uma solicitação confeccionada pelo autor para analisar algumas averiguações sumárias[4] de policiais militares vitimados fora do serviço, assim como na Delegacia de Homicídios de Niterói, onde mesmo depois de várias idas ao setor que foi dada a entrada inicial não logrou êxito em obter uma resposta que autorizasse o acesso as informações solicitadas.

Diante da negativa de acesso, iniciei contato informal com pessoas indicadas por colegas, que forneceram algumas informações através de conversas, nas quais pude perguntar como funciona administrativamente a "notícia de baixa" de um policial militar vitimado fora do serviço. Além disso, buscar entender como os policiais militares compreendem o porte de armas e outros comportamentos em momentos de folga, organizei uma pesquisa, enviada eletronicamente para meus colegas policiais e cujos resultados serão apresentados no artigo. Em busca de dados relativos à morte de policiais foi indicado por um colega da Diretoria de Assistência Social – DAS, acessar o site da Roberta Trindade, jornalista que, segundo ele, tem um bom relacionamento com os comandantes e publica matérias no jornal O Dia, se demonstrando interessada às causas da PM, reivindicando das autoridades governamentais uma solução para a diminuição nas mortes de policiais, inclusive a própria diretoria utiliza essas notícias informadas pela jornalista para contabilizar os casos de "vitimização policial".

Ao trabalhar com o que é veiculado pela jornalista Roberta Trindade, é preciso lembrar que seu interesse é trabalhar as notícias sobre a violência[5] urbana, de confrontos entre policia e bandido, é o que mais se veicula na mídia, é o que mais vende jornais, é o que dá mais ibope, essa falta de estrutura e estabilidade na segurança pública é noticiada pela imprensa que se justifica dizendo cumprir o papel social de cobrar do Governo e das autoridades soluções que o cidadão reivindica, logo o seu discurso[6], embora legitimo, é direcionado e isso precisa ser problematizado na construção do presente trabalho.

> O simples fato de os jornalistas escreverem orientados pela imagem que têm dos leitores permite afirmar que estes, em alguma medida, interferem no processo de produção das notícias, gerando aquilo que, nos termos de Boudieu, pode-se-ia chamar de *polidez.* Conforme esclarece o sociólogo,

[4] Procedimento administrativo instaurado pelo comandante do batalhão para classificar a morte do policial como sendo ou não em função do exercício da sua profissão, verificar se houve crime militar ou transgressão da disciplina por parte do policial. Analisar as averiguações seria no intuito de verificar como a instituição classifica a vitimização policial em "Ato de Serviço".

[5] O objetivo de interesse da editoria local tem sido, cada vez mais, não a velha reportagem policial, mas sim o que eles atualmente denominam reportagens de segurança pública. (SILVA, E. 2007, p.12)

[6] A grande imprensa, por ser portadora de um "discurso autorizado" (logo, legítimo) sobre a realidade social. (SILVA, E. 2007, p.13)

> "toda expressão é um ajustamento entre um interesse expressivo e uma censura constituída pela estrutura do campo em que ocorre esta expressão"(SILVA,E. 2007, p.106)

Por outro lado, outra parcela da imprensa explora as mazelas e a imagem do policial truculento, corrupto e inconsequente e tais notícias são publicadas em jornais com uma linguagem generalista, colocando todos integrantes de uma corporação com mais de 50.000 homens no mesmo estereotipo, como exemplo tomamos a nota do jornal o dia titulada como "cárcere privado" do jornalista Cláudio Humberto de Oliveira Rosa e Silva, publicado no dia 19 de setembro de 2003, "de um policial militar para um leitor da coluna, no Rio: Sabe qual a menor prisão do mundo? Uma farda da PM: só cabe um bandido". Embora seja outro tipo de vitimização não enquadrada nesta pesquisa, contribui para a construção de uma consciência social contra a polícia militar e consequentemente na naturalização nos casos de vitimização policial militar.

> A naturalização quanto às concepções e práticas cotidianas, metaforicamente representada pela "mudança de marcha", revela a existência, entre os jornalistas, de uma disposição incorporada, ou melhor, de um *habitus* que os leva a classificarem de determinada forma os acontecimentos, reconhecendo neles, um caráter de maior ou menor noticiabilidade. Assim, se, a exemplo do que se passa com os textos antropológicos, a notícia pode ser tomada como uma "ficção", ou seja, "algo construído", "modelado", enfim, "uma fabricação" (GEERTZ, 1989), tal disposição deve ser concebida como o elemento responsável pela instituição dos "princípios abstratos" que orientam as representações dos jornalistas e, por extensão, moldam a sua produção de "estórias sobre ocorrências reais" (GEERTZ, 2000, p.325). Tendo por base categorias socialmente constituídas de percepção do mundo social. (SILVA, E. 2007, p.115)

Dessa forma a "mídia" se posiciona de maneira ambígua, ora nas ações de segurança pública, incentivando o policial partir para o combate, diariamente é comum apresentadores de televisão declarar: "bandido bom é bandido morto", "larga o aço, senta o dedo" ou "bandido tem que ser enterrado de pé, para ocupar menos espaço", em outros momentos atacando as atuações da polícia, "despreparo dos policiais e segurança no Rio de Janeiro é tema de reportagem do Jornal da Record[7]", onde não deveria existir uma política de confronto e sim de proteção ao cidadão, que o governo não reformula sua tática de atuação no combate a criminalidade, cria-se a idéia de que ou se tem uma polícia eficiente no combate ao crime, ou se tem uma polícia respeitosa dos direitos humanos conforme a carta da ONU. Isso acaba comprometendo o trabalho da polícia que sem definir um posicionamento claro e objetivo, produz agentes sem limites, sem compromissos com a cidadania e com a democracia, sem

[7] Reportagem publicada em 06 de abril de 2015, acesso em http://noticias.r7.com/jornal-da-record/

respeito às próprias leis, e sem um mandato[8] que direcione suas práticas dentro da legalidade e legitimidade.

Nesse aspecto, as notícias sobre mortes de policiais e espetacularização da violência criam na sociedade um sentimento de (in) segurança, segundo SILVA, J. (2008), classifica a (in) segurança objetiva é o risco concreto de alguém ser vitimado e a (in) segurança subjetiva é o medo coletivo de ser vitimado. Com essa lógica o cidadão ao ver que os profissionais de segurança pública estão sendo vitimas da criminalidade, cria-se uma incerteza de como se pode ter segurança garantida pelo Estado se os próprios profissionais de segurança não estão seguros?

> Longe de exacerbar a "violência", a imprensa apenas refletiria, por meio dos noticiários, a falta de garantia dos direitos civis que, nas últimas décadas, se impôs à população do Rio de Janeiro. Diante do quadro generalizado de insegurança e medo que acompanham o aumento dos índices de criminalidade na cidade, os jornalistas não teriam, pois, o que fazer, senão aumentar, também, o número de reportagens e páginas dedicadas à temática policial. (SILVA, E. 2007, p. 148)

O ideário de que a segurança pública no Rio de Janeiro está falida, é noticiado nos jornais e com isso o sentimento de (in) segurança, entre a população, só tende a aumentar. Foi divulgado no jornal O Dia de 09 de maio de 2015, uma matéria que chamou atenção para essa problemática da segurança aos profissionais de segurança pública:

> O diretor do Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol), Fernando Bandeira, pediu ao secretário José Mariano Beltrame que interceda para que policiais militares ajudem a garantir a segurança das delegacias. Na madrugada do dia 27 de dezembro de 2014, agentes da 34ª DP (Bangu) fecharam a rua Sabogi, onde fica a delegacia, com duas viaturas, para que nenhum veículo passasse em frente ao prédio da Policia Civil. As luzes foram diminuídas lá dentro, e nenhum policial se arriscava a ficar no balcão. O cenário refletia o medo que tomou todo o bairro depois de uma operação da PM na Vila Aliança na manhã anterior e uma tarde de ameaças de arrastões, boatos de bondes armados e incêndios que foram provocados em represália à ação da PM.

Essa lógica criada em torno da (in)Segurança, que o cidadão sente, é transmitida pela mídia e disseminada entre as pessoas que evitam circular pela cidade, com receio de serem também capturados por traficantes como se fossem alvo da criminalidade, assim como é o policial. O Governo no intuito de prestar contas instantâneas à sociedade cria projetos para

[8] O mandato do uso potencial e concreto de força, ou os meios e modos utilizados diante dos fins estabelecidos pela sociedade policiada e seu governo, que têm circunscrito o estado da arte da produção científica sobre as práticas de policiamento, a construção negociada de enforcement "imposição da lei" e os atores autorizados a exercê-las. (MUNIZ, J. 2009)

infundir uma sensação de segurança à população, executando somente através da polícia suas ações de controle social, interesse da coletividade e combate a criminalidade.

> Acumulação social da violência é um processo que não se relaciona apenas com o banditismo, mas também com a atuação da polícia e da imprensa, com a sociedade como um todo. De acordo com esse processo, a violência de hoje é apoiada em um determinado patamar de violência do passado, e a violência do futuro será apoiada no patamar atual, em uma lógica acumulativa (MICHEL MISSE, 1999)

Assim, além das informações coletadas no site da jornalista Roberta Trindade, foram realizadas entrevistas de caráter quantitativo, e distribuídas aos policiais militares via redes sociais, para que os mesmos pudessem responder tais perguntas colaborando assim com o entendimento de algumas questões que, na visão do autor, podem contribuir para o aumento dos casos de vitimização. Por fim, foi feito pesquisa bibliográfica, relacionada com o assunto, tais como monografias e artigos de autores que seguiam a mesma linha do tema proposto, bem como jornais com notícias sobre o aumento de mortes de policiais na folga, revistas com entrevista de especialistas e sites de universidades que fornecessem alguma informação sobre pesquisas anteriores do mesmo tema.

PROBLEMA E JUSTIFICATIVA:

A forma como a Polícia Militar historicamente se estrutura afeta sua atuação pois durante a ditadura militar[9], passou a ser extremamente utilizada na violenta repressão política à resistência ao regime, tanto no serviço de informações quanto nas operações de choque nas ruas e, depois de 1969, no patrulhamento regular. Pelo Decreto-Lei nº 667/69, foi desaquartelada para fazer, permanentemente, o policiamento das ruas, não para prevenir crimes e, sim, para exercer, com capilaridade, o controle político dos "inimigos" do regime[10].

A inclusão da Polícia Militar no rol de forças armadas se dá pela égide da hierarquia e disciplina, sob regulamento militar e como força auxiliar do Exército Brasileiro. Diante disso, é previsto na Constituição Federal (1988), "Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.§ 1º. Aplicam-se aos militares

[9] Ditadura militar foi o regime instaurado de 1964 – 1985, de caráter autoritário e nacionalista, teve início com o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart, o então presidente democraticamente eleito.
[10] RAMALHO, Oswaldo L. M. **A REPRESSÃO AO TRÁFICO DE DROGAS NAS FAVELAS CARIOCAS** - UCAM, 2010.

dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º, do art. 40, §3º, e do art. 142".

O problema de pesquisa advém ainda da análise do 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública e de experiências vivida pelo autor como policial militar. Segundo o anuário, a taxa de PMs mortos fora de serviço no Brasil, a partir de 2012, foi de 58,7 homicídios a cada grupo de 100 mil, contra 17,8 PMs mortos em diligências.

PROBLEMA DE PESQUISA:

Embora muito seja dito sobre morte do policial na folga, é preciso analisar o que se classifica como tal, pois como mostrará a pesquisa, nem todos os casos classificados como tal estão relacionados com o exercício da função policial, neste contexto não poderão ser consideradas vitimização policial. Como fica claro no presente trabalho, em alguns casos trata-se de crime passional, no qual a vítima é determinada independente da profissão que exerce, ou ainda, assaltos casos em que a vítima estava atuando como segurança privada, sendo indeterminada, pois o ato delituoso não foi motivado pela característica da vítima e sim pelo patrimônio ou o produto do delito. Embora tais crimes sejam atribuídos ao exercício da função, a pesquisa pretende pensar como se dão essas classificações. Tais definições estão relacionadas com os procedimentos administrativos e judiciais que envolvem a morte de policiais. Quando há dúvida sobre a motivação que originou a baixa do militar e não dispondo de uma investigação minuciosa dos fatos pela polícia judiciária, já que a averiguação sumária[11] instaurada pela corporação é no intuito de identificar transgressões, dinâmica dos fatos ou crime militar, havendo algum indício de que a função policial foi descoberta, neste caso, por exemplo, estar portando arma de fogo e identidade, se atribui ato de serviço[12] como resposta e amparo para a família. Uma vez que morrer "em ato de serviço" garante aos familiares da vítima uma indenização, para além da pensão que a viúva receberá.

Contudo, cabe ao inquérito policial instaurado pela polícia judiciária através de diligências e da investigação policial efetuada pela Delegacia de Homicídios, responder com proximidade o real motivo que originou a morte, classificando-a de modo que possa corroborar ou retificar a classificação dada na averiguação sumária. No entanto essa comparação não é feita, pois o inquérito policial é encaminhado para o Ministério Público e

[11] Apuração dos fatos, dinâmica do ocorrido, instaurado pelo comandante da unidade no intuito de verificar transgressões ou crime militar.
[12] Classificação dada quando o fato ocorrido foi em função ou exercício do serviço militar.

não para a Policia Militar, ocorre que o viés investigativo não é uniforme, enquanto a averiguação sumária apura as circunstâncias do homicídio no intuito de observar se houve transgressão da disciplina, crime militar e se considera ou não a morte como ato de serviço, o inquérito policial reúne provas da materialidade e autoria dos que praticaram a ação, como foi articulada, e não classificar a morte como sendo ou não oriunda pelo exercício da função.

Neste sentido o problema é como são as mortes dos policiais militares fora do serviço? O que pode ou não ser classificado com vitimização policial?

JUSTIFICATIVA:

A importância deste estudo é entender como a Polícia Militar classifica as mortes de policiais fora do serviço, se a mídia influencia com a exploração das notícias na classificação desses casos, como se dá a vitimização do policial militar de folga, se é o exercício da função a origem para os números de vítimas entre os policiais, se o porte de arma fora do serviço é um agravante para que o policial se torne vítima fatal, se o comportamento chamado "ethos guerreiro" incorporado na formação militar é a causa desse impacto e, ainda, se as políticas de confronto e combate às drogas contribuem para que os profissionais de segurança pública sejam vitimados.

Diante disso, pretendo, neste artigo analisar: (I) os possíveis fatores que impactam na morte desses policiais militares na folga, em diálogo com a categoria "vitimização policial", (II) o que se entende sobre o conceito "vitimização policial", (III) analisar como a Polícia Militar historicamente se estruturou e organizou através ou não do seu mandato, para formular suas práticas e doutrinas que afetam a forma que seus integrantes agem também fora de serviço.

1 - Os possíveis fatores que impactam na morte dos policiais militares.

1.1 - Tráfico de Drogas.

No início do século XX a cocaína era vendida legalmente no mundo[13] e distribuída pelo laboratório MERCK, não havia criminalização e muito menos discriminação dos usuários, alguns bem influentes que promoviam o consumo de cocaína como (SIGMUND FREUD, 1884) e (THOMAS EDISON,1863), o primeiro instrumento stricto sensu de controle

[13] No Brasil, a cocaína era vendida livremente, de tal forma que certas farmácias faziam entrega de cocaína em domicílios. (Almeida apud Franco Netto, 2013, p. 22)

de drogas foi assinado em Haia na Convenção Internacional do Ópio[14] no dia 23 de janeiro de 1912, no Brasil em 06 de julho de 1921, o Congresso Nacional aprovou o Decreto Lei 4.292, que proibia a venda da cocaína e outras drogas, tornando-se crime. Posterior a isso surgiu o tráfico de drogas e foram implantadas políticas de combate com atuação policial, como por exemplo, o Fundo de Prevenção e de Combate às Drogas de Abuso (1986).

> Não é possível esquecer, portanto, que a política de repressão às drogas, adotada pelo Brasil no período militar, é um dos principais ingredientes deste círculo vicioso da violência urbana. Num primeiro balanço, ela não nos livrou das drogas, mas nos trouxe a guerra. (ZALUAR, 1994, p.217)

Recentemente o Coronel PM Robson Rodrigues da Silva, Chefe do Estado Maior Geral da PMERJ, concedeu uma entrevista ao jornal Extra no dia 21 de junho de 2015, quando perguntado pelo jornalista Rafael Soares se a PM gasta tempo e recurso demais com a guerra às drogas?

> A política de combate às drogas, que gerou o proibicionismo, fracassou. O pretexto da guerra era o de que ela iria acabar com o tráfico, diminuir o consumo e a violência. Aconteceu ao contrário. Hoje, muitos estados americanos legalizaram o consumo. Nós continuamos aí. O que consome nossas energias é isso. Se acabasse, talvez sobrasse mais tempo para que combatêssemos o grande traficante de armas, os grupos de extermínio... A PM foi convidada para uma dança, e ficou dançando sozinha com uma venda nos olhos. Quem convidou para dançar já saiu há muito tempo. (SILVA, Robson R. 2015)

Não criaram naquela época uma política de saúde pública voltada ao tratamento dos dependentes desta substância, só a repressão ao tráfico foi coibida, não havendo interesse do poder público no investimento de recursos para a solução deste problema com os usuários.

> No caso específico do Brasil (e dos países em desenvolvimento em geral), apesar de ser subscritor de todos os tratados e seguir fielmente o modelo internacional imposto pelas Nações Unidas, além de não ter sido contido ou eliminado o uso e a venda de drogas, se nota que os problemas sociais decorrentes da manutenção do mercado ilícito de drogas são ainda mais graves. (Boiteux, 2009, p.33)

Neste sentido o policial torna-se vítima da própria ação, pois prioriza o combate, a guerra que se volta contra eles mesmos, pois como retorno e no intuito de demonstrar poder, sujeitos livres e sem comprometimento com o cumprimento das leis, da ética e da cidadania, atuam na criminalidade obtendo recursos através do tráfico de drogas, não somente para se sustentarem financeiramente, mais para manter a estrutura bélica e de efetivo humano, com

[14] Relatório de pesquisa: Tráfico de drogas e constituição, p.25, Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.

isso atacam a polícia que vira refém da própria política de segurança em que atua ”O combate” herdado da ditadura militar.

> Sendo o poder compreendido como uma relação de forças, ele só pode se exercer sobre algo que é livre, pois, se não houvesse possibilidade de resistência e de reação não seria necessário o exercício do poder, a liberdade é reduzida à resistência na medida em que se apresenta como uma possibilidade de reagir às forças que lhe são impostas (FOUCAULT apud MAGALHÃES, 2008, p.13).

Concomitantemente nos últimos anos o aumento de ataques contra policiais militares vem subindo de maneira desenfreada, como afirma MISSE (2014) “o número de policiais mortos é altíssimo e sem paralelos em outros países. Mudar isso exige uma reformulação profunda da concepção de polícia”. Embora exista na instituição policial esse projeto de implementação da pacificação, para que se concretize de maneira eficaz, os legisladores precisam reformular a política de combate as drogas, para que a corporação atue apenas com um viés e não dividida entre combater e pacificar.

> Sim, e por isso a palavra de ordem é humanização. O que acontece quando a lógica é a guerra? Se desumaniza, os marcos morais sofrem abalo, e já não se sabe o que é certo e errado. Quem despreza a vida não está preocupado com a corrupção. Enfrentamos as drogas invadindo favela, tentando prender traficante, trocando tiros. Imagina o que passa na cabeça de um garoto de 25 anos que deve entrar num caveirão de madrugada? Vai se transformar num bruto, numa máquina de matar e morrer e, quando isso acontece, está a um passo da corrupção. Se ele não respeita a vida, não respeita mais nada. O grande mérito das UPPs é que ela opera com outra lógica. (IBIS, 2014)

Para que tal mudança ocorra devem-se rever as políticas de segurança pública assim como a política de repressão as drogas, para que a atuação policial seja mais voltada para garantir o direito à segurança, arraigada na concepção dos direitos humanos segundo a carta da ONU.

> Como amplamente divulgado pelos meios de comunicação e por estudos acadêmicos, as questões de Segurança Pública pelas quais passa a cidade do Rio de Janeiro são bem específicas por relacionarem-se ao grande vilão da criminalidade e da violência: o tráfico de drogas e o poder dos traficantes, ocasionando o medo e pavor da população. Por outro lado, as políticas públicas são, até então, ineficazes no combate às drogas. (Figueiredo, Nene & Lima, 2013, p. 18)

A eficácia e a eficiência na segurança pública estão ligadas, ao trabalho uniforme de fiscalização nas fronteiras do Brasil, com a diminuição na entrada de drogas e armas no país, com a inteligência da Polícia Federal identificando e interceptando os responsáveis pelo translado desse material e a origem do capital financeiro que efetuou a encomenda dessa

importação, tudo isso pode acarretar na diminuição ou até mesmo na erradicação de confrontos armados em todo território nacional.

1.2 - As Milícias e os números de mortes de policiais.

Assim como as seguranças privadas "bicos" a atuação do policial nas milícias não deve ser classificada como vitimização policial, pois a origem do ato é da mesma forma como se fosse ao exercício de uma segurança privada, morrer como miliciano não é ser vítima do exercício da função policial, neste caso não só os policiais são vítimas, pois o efetivo da milícia é composto por bombeiros, ex-militares do serviço obrigatório, policiais civis e agentes penitenciários, que juntos exercem serviços e poder de polícia em um determinado território, em troca de uma remuneração extra, para não haver nesta localidade o domínio do tráfico de drogas.

Em meio a essa repressão, o tráfico de drogas sendo um negócio lucrativo, pois a demanda de usuários desde a proibição não diminuiu, pelo contrário cresceu, a disseminação das facções por todo o Estado em busca de novos territórios e clientes, surgiram histórico de confrontos e emboscadas até nas cidades do interior, tais fatos causam medo na população, pois ao ver os próprios policiais sendo vítimas da criminalidade e o governo refém de uma política de segurança pública ineficaz, pois essa problemática com as drogas já não é mais caso de segurança pública e sim de saúde pública.

> As "desterritorializações" (o movimento pelo qual se abandona um território) e "reterritorializações" (qualquer coisa que se faz valer pelo território) em função dos fluxos de capital que atravessam o tráfico e que ele busca de alguma maneira gerenciar – drogas, armas, homens, dinheiro, etc. (Rafael, 1998, p.174)

Com este déficit de segurança em meio a essa guerra contra as drogas que ocasiona uma desordem pública, surge uma nova modalidade de lucro na lacuna deixada pelo Estado, as "milícias[15]" passam a controlar territórios, não permitir a entrada dos traficantes de drogas e garantir a segurança dos moradores em troca de uma taxa mensal, controlando na localidade também a venda de gás, transporte alternativo, TV a cabo, agiotagem e campanha política. Assim como o "bico" a "milícia" é também um oferecimento de segurança privada nos

[15] O termo milícia refere-se a policiais e ex-policiais (principalmente militares), uns poucos bombeiros e uns poucos agentes penitenciários, todos com treinamento militar e pertencente a instituições do Estado, que tomam para si a função de proteger e dar "segurança" em vizinhanças supostamente ameaçadas por traficantes predadores. (ZALUAR, 2007)

mesmos moldes onde os agentes de folga exercem suas atividades em troca de uma remuneração extra.

Recentemente ZALUAR (2007) identificou: o que é ainda mais grave, os milicianos vêm tentando ocupar espaços cada vez maiores nos poderes Legislativos e Executivos municipais e estaduais, construindo redes no interior do poder público.

> Os grupos paramilitares que estão se disseminando no Rio de Janeiro mostram, mais uma vez, a estupidez das políticas de repressão às drogas, ou seja, o surgimento desses grupos paramilitares é consequência direta da criminalização dos entorpecentes e do aparato militar, seja legal ou ilegal, que acompanham tais políticas. Mais do que isso, esses grupos paramilitares estão se estruturando e construindo em cima das fraquezas das facções que se caracterizavam pela fragmentação e disputa de territórios. Além disso, os avanços dos paramilitares estão catalisando a união das antigas facções criminosas e formando as condições necessárias para a explosão de uma guerra civil sem fim (Correa, Leonildo apud RAMALHO, Oswaldo L. M., 2010[16])

Segundo BURGOS (2002): "lideranças comunitárias se envolveram com a milícia, políticos e presidentes de associação de moradores", um vereador do Partido da Frente Liberal, eleito em 2004, com 34.764 votos associados pela imposição da milícia no eleitorado e não sendo permitido pela milícia campanha eleitoral de outros candidatos na localidade por eles controlada. Pertenceram a essas milícias, os políticos, irmãos e, também, policiais, um ex-vereador e um ex-deputado estadual[17].

Após o surgimento das milícias as disputas tomaram a cada dia proporções ainda maiores nos confrontos dos traficantes de drogas, que além de travarem uma guerra declarada contra a polícia militar, agora se viam ameaçados pelos milicianos na perda de seus territórios, mesmo sendo 70% das áreas dominadas pela milícia não pertencentes a nenhuma facção criminosa, em 250 comunidades do Rio de Janeiro divididas por facções criminosas e milícias, 100 são controladas por milicianos, 84 pelo comando vermelho (CV), 35 pelos amigos dos amigos (ADA) e 31 pelo terceiro comando puro (TCP)[18].

Conforme menciona (FERRAZ,2012): que os milicianos se expandiram preferencialmente, em áreas onde não havia tráfico de drogas, ou seja, pequenas comunidades

[16] RAMALHO, Oswaldo L. M. **A REPRESSÃO AO TRÁFICO DE DROGAS NAS FAVELAS CARIOCAS** - UCAM, 2010.
[17] FERRAZ, C. A. Crime organizado: diagnóstico e mecanismos de combate, ESG, 2012
[18] Informação BASTOS, M. (2009) em <www.temosisso.blogspot.com.br>.

ou áreas da cidade que, por sua condição geográfica e outros fatores, não interessavam aos traficantes e não ofereciam resistência.

Mais uma guerra fica travada, devido o miliciano não admitir em hipótese alguma a venda e o consumo de drogas na sua localidade, sendo assim o "comando azul[19]" uma ameaça aos traficantes de drogas. Os ataques então ficam mais evidentes não só contra os policiais militares de serviço, mas exterminar policiais militares, policiais civis, bombeiros e agentes penitenciários de folga, independente se estiverem atuando na milícia ou não, como se fosse uma cassada de gato e rato.

2 – O que se entende sobre o conceito vitimização policial.

Os policiais militares são vitimados com maior proporção fora do trabalho, na folga, uma vez que no desempenho de sua atividade profissional, as normas e procedimentos da corporação os protegem.

> Morrem mais policiais nas folgas do que em serviço. Fora do trabalho, mesmo quando escondem suas insígnias, a identidade profissional fortalece seu sentimento de insegurança. Contribui para essa vulnerabilidade o fato de boa parte deles possuir a mesma condição social e habitar os mesmos bairros que os delinquentes, afirmam (Souza e Minayo, 2005, p.930)

Trago aqui, para compreensão da "vitimização policial" distinção feita por Luis Jiménez de Asúa (apud NOGUEIRA, 2006) sobre "vítimas indiferentes" e "vítimas determinadas". Segundo essa análise haveria dois tipos de vítimas, as primeiras, indiferentes, isto é, aquelas que para o autor do crime não interessa a vítima e sim o produto do fato delituoso, enquanto em relação às "vítimas determinadas" o criminoso dirige seus atos contra uma pessoa em particular, como exemplo policiais vítimas de represálias, crimes passionais, vingança, dívidas ou qualquer motivo que seja direcionado especificamente contra alguém. Ou seja, alguns casos que muitas vezes são classificados como vitimização policial, mas que em determinada circunstância nada têm haver com a função exercida pela vítima.

No Rio de Janeiro os números de Policiais Mortos e Baleados em 2014 levantados pela jornalista Roberta Trindade[20] em a Pauta do Dia, mostram que 306 policiais foram vítimas de arma de fogo. Destes, 87 morreram sendo que 82 eram policiais militares.

[19] As milícias também são chamadas de Comando Azul. Revista Época 16/12/2006

[20] Roberta é reconhecida por abraçar a causa da PM, em muitas unidades ela é convidada pelos comandantes para divulgar as ocorrências, em conversa informal com um policial da Diretoria de Assistência Social da PM em busca de solicitar esses dados, o próprio afirma que a própria corporação utiliza as informações dessa estatística feita pela Pauta do Dia em www.robertatrindade.com.br

Analisando esses dados observa-se que o número de policiais feridos em relação a cada policial morto, no Estado do Rio de Janeiro, é de 1 morto para cada 2,5 baleados, em média 1 morto a cada 4,1 dias e 1 se vitimou a cada 28 horas.

Tabela 2: Números de policiais mortos e baleados em 2014.

Corporação:	**Polícia Federal**		**Polícia Civil**		**Polícia Militar**	
Horário: / Situação:	Serviço	Folga	Serviço	Folga	Serviço	Folga
Ativa		1	1	6	170	115
Reformado				1		12
Total/Corporação	1		8		297	
Total geral	306					

Fonte: Pauta do dia em www.robertatrindade.com.br

A vitimização profissional pode ser considerada como um fenômeno mais amplo, como aquela oriunda da atividade policial, devido ao exercício do seu trabalho ser de alto desgaste físico e emocional, frequentemente sendo o policial impedido diante da dinâmica do seu expediente, de gozar suas necessidades fisiológicas como sono, fome, sede, descanso, tornando-se vitima da própria condição física, embora exista outros tipos de vitimização[21] policial, nesta pesquisa a abordagem será apenas nos casos de morte.

> A expressão vitimização profissional é de origem mais recente e, neste texto, diz respeito aos agentes de segurança pública que morrem por causa e em consequência de sua missão constitucional ou sofrem agravos físicos e emocionais no exercício de sua profissão.(Souza e Minayo,2013, p.111)

No entanto, essa denominação trata-se de um conceito de origem recente e por este motivo ainda carece de maiores estudos, que para as referidas autoras:

> Desde que existe polícia no mundo, ela é alvo de vitimização, que se materializa em mortes, traumas, lesões por arma de fogo ou arma branca, agressão física, agressão psicológica e tentativas de homicídio. Também se sabe, por estudos nacionais e internacionais, que algumas situações tornam esses profissionais mais vulneráveis: treinamento para o confronto, inadequadas condições de trabalho, precariedade das viaturas, dos armamentos e das estratégias de ação, embates com gangues de delinquentes armados e prontos para o combate de vida ou morte.(Souza e Minayo,2013, p.111)

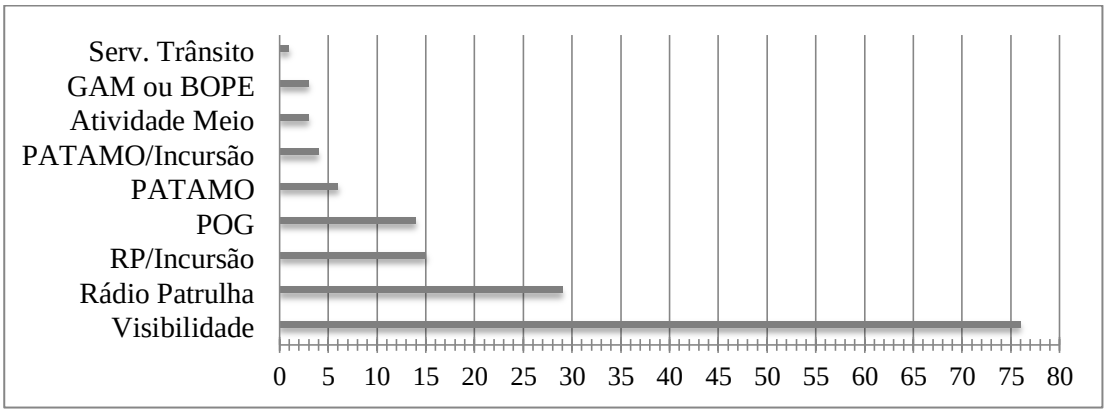
[21] Vitimização Policial como do tipo carga horária de trabalho, escala de serviço e a saúde psíquica do policial militar abordados na pesquisa de Eliana da Silva Nogueira Coelho para conclusão do curso JCSP 2014.

O policial militar torna-se vítima da própria política de enfrentamento[22], pois deve fazer cumprir a lei mesmo com o sacrifício da própria vida, e isto tem sido a cada dia menos heroico e mais ineficaz, pois, embora a linguagem do momento seja a pacificação, os responsáveis de formular as leis não legislam em comunhão de acordo com a atuação e o serviço policial no intuito de que as praticas sejam diferentes do passado, acompanhando as demandas da sociedade.

Souza e Minayo (2013, p.116) são precisas quanto às perspectivas que devem ser adotadas por parte das corporações policiais para que se diluam as condições institucionais que conduzem à vitimização, para elas:

> Por parte das corporações, é importante superar os fatores institucionais que predispõem à vitimização: a excessiva rotatividade; a falta de instâncias coletivas de reflexão e de avaliação do trabalho; as cargas horárias excessivas e a dupla vinculação de ocupação ou dupla jornada; o número insuficiente de agentes e os salários incompatíveis com os riscos e a importância da missão.

Tabela 3: PMs mortos de Janeiro/2007 à Setembro/2014.(Tipo de Serviço[23])



Fonte: Diagnóstico de vitimização policial – EMG/EGQ – PMERJ – Junho/2015.

Percebe-se, que os mais altos números de vitimização são entre os policiais que exercem a atividade-fim, ou seja, atuam na linha de frente nos serviços de policiamento

[22] A política de segurança pública implementada no Estado se baseia na visão militar, isto é, definindo o inimigo, ele ter que ser eliminado. Mas os próprios profissionais da Segurança Pública, especialmente os policiais militares, ainda não compreenderam que eles são igualmente vítimas. Deputado Estadual Paulo Ramos, Sessão Ordinária, Expediente Final, Rio de Janeiro em 26 nov. 2013, 17:25.

[23] Visibilidade é uma viatura baseada em um ponto da cidade, RP ou Rádio Patrulha é a viatura responsável pelos atendimentos de ocorrência em um setor, POG é o policiamento ostensivo geral com o policial a pé, PATAMO é o patrulhamento tático motorizado composto por 4 homens, Atividade Meio é composto pelo efetivo do expediente administrativo, GAM é o grupamento aero marítimo, BOPE é o batalhão de operações especiais e o Serviço de trânsito é composto por motos e policiais a pé em cada batalhão.

ostensivo e estão diretamente envolvidos no combate a criminalidade, e por isso mais expostos ao confronto armado.

Tabela 4: Números de Policiais militares vitimados segundo a situação e a patente ou graduação no Rio de Janeiro em 2014.

Patente ou graduação	Mortos		Baleados	
	Serviço	Folga	Serviço	Folga
CEL			1	
TEN CEL			1	
MAJOR			1	
CAPITÃO	1		2	
TENENTE		1	2	
ASP. OF.	1			
SUB TEN		13	4	5
SARGENTO	4	24	30	24
CABO	2	8	9	5
SOLDADO	6	22	74	18

Fonte: Pauta do dia em www.robertatrindade.com.br

Os soldados, que são em sua maioria os mais vitimados, têm na faixa dos 21 a 28 anos de idade e em média de 1 a 6 anos de experiência profissional, são os que recebem a menor remuneração e muitos se locomovem para o trabalho através do transporte público, tornando-se ainda mais expostos e com maior probabilidade de vitimização, estes representam 46,51% dos policiais vitimados.

2.2 - O "Bico" pode agravar os números de casos de vitimas?

Outro problema que pode afetar a vitimização é o trabalho informal[24] como segurança privado nos horários de folga, que acarreta em uma quantidade expressiva de baixa e sem que haja amparo legal de seus direitos no caso de morte configurada por ocasião deste serviço extra. A classificação nesses casos não pode ser atribuída a vitimização policial, pois o que originou a ação do criminoso foi o produto ou o patrimônio tutelado ao policial, que por sua vez reage no intuito de coibir o ataque delituoso, da mesma maneira como ocorre com os seguranças de carro forte e empresas privadas de segurança.

Rafael Alcadipani (2014) diz que é fundamental melhorar as condições de remuneração dos policiais para que eles tenham menos necessidades de expor suas vidas praticando "bicos".

[24] Chama também a atenção o fato de ser durante a folga do policial que há maior incidência de mortes, o que não pode ser dissociado da prática do "bico". Em alguns casos, pode-se considerar como fatores que contribuem para este número o fato de o policial entrar em confronto sozinho, sem equipamento apropriado e sem apoio logístico. (Viva Rio, Caravana comunidade segura, p. 24, 2006)

> Vale lembrar que grande parte dos policiais do Rio utilizam sua folga para exercer atividades de vigilância privada. O "bico", tal como foi chamado esse trabalho, apesar informalmente aceito pelas instituições policiais, configura uma atividade "ilegal" do ponto de vista dos regulamentos policiais. E possível, portanto, que quando um policial se vitima no seu trabalho de vigilância esse fato, que explicaria, em parte, os altos índices de vitimização de PMs em folga, seja "mascarado" ou suprimido do Registro de Ocorrência. (Jacqueline Muniz, p 18, 1998)

2.3 – A função policial incorporada 24 horas no indivíduo e o policial cidadão que anda armado até num passeio com a família.

Temos que destacar também o "fator surpresa[25]" que é o vilão nesses confrontos que o policial se envolve fora do serviço, na folga tendem a ficar mais vulneráveis, pois de forma descaracterizada, nunca se sabe qual é a hora e o momento de um assalto e quando isso ocorre nem sempre é no instante que estamos em estado de atenção total, podendo ocorrer após uma noite de serviço onde os reflexos estão mais lentos devido ao sono, ou ao chegar e sair de casa, que é onde em tese seria o local mais seguro por ser uma área conhecida, de rotina constante e até mesmo em horário de lazer num passeio com a família, onde envolve sentimento do policial e muitas das vezes não reagir significa proteger sua família, neste caso como fazer isso sem armas, é preciso dividir o momento de exercício da função policial e do cidadão policial. .

O "ethos guerreiro" incorporado na socialização do policial militar o leva a reagir uma agressão. No entanto, ao ter esta atitude, principalmente sozinho, deixa-se de lado a analise de superioridade numérica, balística e segurança à 360 graus, regras de técnicas de abordagem ensinadas na formação policial, o que pode incorrer no erro de confrontar com o meliante que está no seu campo visual, sendo surpreendido e alvejado por indivíduos que estejam na cobertura dando apoio com fuzil, veículos e comunicação direta via rádio. Quando a Polícia orienta "Para não reagir" é porque o ladrão sempre tem a vantagem do fator surpresa e quase sempre tem outro na cobertura; tornando-se muito difícil a reação.

Neste sentido ser policial não é sinônimo de utilização de arma e envolvimento em confronto armado, ao ser uma vítima indiferente, a origem que o autor do crime efetuou a abordagem foi em busca da subtração do produto do delito e não da característica profissionais da vítima, neste caso se ocultada à condição de policial se preserva a vida e a res furtiva pode ser recuperada com auxilio dos colegas de serviço em uma ação conjunta, por

[25] O profissional de segurança pública deve preservar vidas e, para minimizar o perigo, devemos considerar alguns aspectos, entre eles o elemento surpresa, composto de algumas determinantes: visualização, verbalização, superioridade de efetivo, superioridade em qualidade de armamento e equipamento, e ainda a antecipação de uma possível reação por parte dos agressores. (CAMPOS, A. F. 2008)

isso não reagir significa ganhar tempo, observar, coletar características e destino para agir não individualmente, com atitude de "ethos guerreiro", mas sim de forma lúcida e eficiente com apoio, inteligência e estrutura fornecida pela instituição, buscando de forma técnica e segura lograr êxito na prisão dos meliantes, sem que seja vítima na ação.

Nesta lógica de que sempre haverá um elemento na cobertura para que o outro execute a ação, em técnica de abordagem disciplina ministrada nos cursos de formação policial, alerta-se para o princípio da superioridade numérica[26] que é a regra nas abordagens, fazendo com que o oponente se intimide. A farda é a certeza de que o policial faz parte de um grupo coeso e relativamente equipado, são também fatores que tendem a favorecer o ambiente de uso da arma de fogo para o policial. A Vantagem técnica gera a vantagem tática (eficiência gerando eficácia), ou seja, a incógnita que se têm em uma operação ou na abordagem de pessoas é o que gera o "fator surpresa" por isso as respostas devem ser rápidas e precisas, uma variedade de opções deve-se ter em mente para que de acordo com a ocasião e reação seja aplicada uma contra resposta eficaz ou ser aplicada outra estratégia eficiente para neutralizar o opositor, por isso a atuação policial não é individual e sempre em conjunto, nada disso é encontrado ao utilizar a arma fora do serviço. Embora o porte de arma fora o horário de serviço seja autorizado legalmente, contanto que esta esteja devidamente registrada junto ao órgão competente, quando o policial deve portar arma de fogo fora do serviço? No deslocamento de sua residência para o trabalho, quando estiver próximo a sua residência, quando estiver ameaçado, quando estiver circulando próximo ao local de atuação. Portar arma de fogo em trajes civis e fora do serviço exige estado de alerta constante, como se de serviço estivesse e, se a atividade policial estressa, quando você pretende descansar não é possível desligar-se e sim permanecer em estado de atenção total individualmente, é como viver em um medo constante da morte.

> O atendimento psicológico para lidar com níveis excessivos de uso da força especialmente em situações de confronto é essencial. O policial é um profissional que lida cotidianamente com o medo da morte e sem um espaço adequado para trabalhar essas questões, a chance de que ele viva em situação de vulnerabilidade, colocando a si e a outras pessoas em risco é grande. (Figueiredo, Nene & Lima, 2013, p. 261)

Para que o agente da lei não se torne vítima, a Polícia Militar do Distrito Federal recomenda que "no horário de folga o policial evite andar com qualquer objeto que o

[26] Superioridade numérica é ensinado na formação dos policiais em técnicas de abordagens, que para se efetuar uma abordagem bem sucedida, é necessário que se faça sempre com efetivo maior ou igual ao número de pessoas abordadas, em caso de inferioridade numérica que seja solicitado reforço antes de efetuar a abordagem.

caracterize como militar[27]" a ação busca evitar um mal maior. Devemos fazer sempre uma análise antes de portar a arma de fogo fora do serviço: Se o local que você pretende ir é perigoso; Se tem histórico de criminalidade; Com quem você estará em sua companhia; Se for sair com a família, estará disposto a reagir a um assalto, arriscando expor quem você ama a um confronto armado. Todas essas perguntas devem ser questionadas antes de sair de casa portando arma de fogo.

2.4 - A arma do policial militar, o equivoco de utilizar 24 horas na folga, contribui para o aumento dos índices de vitimas indiferentes nos casos que o policial reage.

O policial militar anda armado, primeiro sob o argumento de se proteger caso seja reconhecido na rua por algum criminoso, embora este não seja maior problema da vitimização, pois em pesquisa feita por MUNIZ (1998) nos anos de 1993 a 1996, diz que, "não existe nenhuma relação entre vitima e o seu agressor, em 69,5% dos casos de assalto o autor desconhecia a profissão da pessoa abordada", ou seja, "vítimas indiferentes" o que originou a abordagem do criminoso, não foi em função da profissão policial e sim o produto do fato delituoso, o bem a ser subtraído pelo meliante, entretanto em consequência ao reagir o policial se torna vítima do exercício da função.

Essa problemática se dá em conjunto com a identidade funcional do policial militar, porque para estar armado automaticamente estará portando obrigatoriamente o seu documento funcional conforme determina a legislação[28]. Com, isso, ao ser abordado a primeira atitude é a reação, pois se descoberto sua identificação de PM, poderá ser alvo de represália ou executado brutalmente, para que não seja torturado e alvejado sem antes tentar uma maneira de se defender, o policial tende a reagir antes mesmo que seja iniciada uma aproximação.

Tabela 5: Policiais vitimados na folga em 2014, circunstâncias da vitimização.

Vítima	Circunstâncias				Total
	Assalto	Represália	Bico	Passional	
Baleados	38	4	8	2	52
Mortos	37	14	6	11	68
Total	76	18	14	13	120

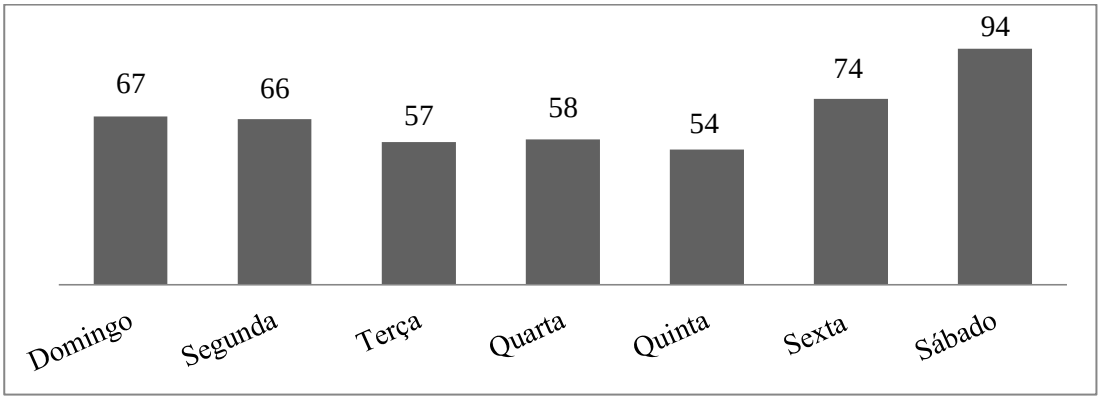
Fonte: Pauta do dia em www.robertatrindade.com.br

[27] Mortes na segurança pública: de heróis a vítimas. SINPOL-DF, 20 jan. 2015. http://sinpoldf.com.br/destaque/2015/01/mortes-na-seguranca-publica-de-herois-a-vitimas.html

[28] Permitido o porte de arma fora do serviço – Lei nº 1.890 de 14 de novembro de 1991, Art.1º, §3º - A permissão constitucional para o porte de arma fora do horário de serviço deverá constar na cédula de identidade definitiva do servidor militar estadual...

De acordo com as circunstâncias, podemos classificar como "vítimas indiferentes"[29] os casos de assalto e bico, assim sendo os crimes passionais classificados como "vítimas determinadas" e os casos de represália, e também os que reagiram assalto podem ser classificados com vitimização policial, pois ao reagir expõe sua condição de policial, e a chance do agente morrer num assalto é maior do que uma pessoa da comunidade, devido ser identificado no momento do assalto, mesmo não reagindo, pois o simples fato de portar arma ao ser abordado o criminoso associa a arma com a função de policial, isso ocorre com quem porta arma de fogo.

Tabela 6: PMs mortos na folga de Janeiro/2007 à Setembro/2014. (dia da semana)



Fonte: Diagnóstico de vitimização policial – EMG/EGQ – PMERJ – Junho/2015.

Neste relatório, diagnóstico de vitimização policial, consta a característica e o perfil do policial militar de maior vulnerabilidade na folga, de acordo com os números de ocorrências analisadas: Policiais com menos de 12 anos de serviço; Jovens, com idade máxima de 36 anos; solteiros; Hábitos de entretenimento noturno, horário de maior quantidade das ocorrências entre 20:00 às 04:00; Focados no final de semana com maior incidência na sexta e sábado; Costumam andar armados.

Não é obrigado o porte da arma de fogo nas horas de folga do policial, mas como mencionado, alguns utilizam a arma para se proteger de alguma agressão que possa surgir, com isso, a ferramenta de trabalho passou a ser acessório de vestimenta, muitos utilizam a arma para ir ao mercado, para ir até a padaria da esquina ou até mesmo para lavar o carro em frente a sua residência, como se estivesse em um perigo iminente 24 horas por dia, não consegue sair de casa no quarteirão de sua moradia sem que seja portando arma de fogo. Com

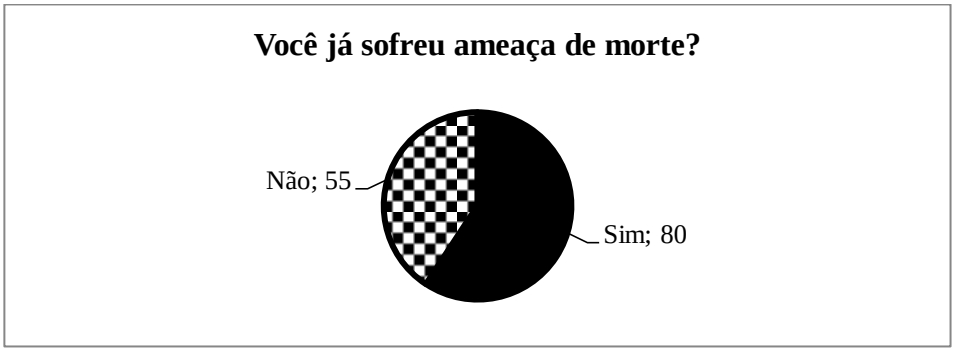
[29] Não interessa para o criminoso quem é a vítima e sim o produto do delito. Conceito de Luis Jiménez de Asúa (apud NOGUEIRA, 2006).

isso a identidade que é de porte obrigatório, faz também parte deste acessório, caso seja abordado por outro militar. Portar a identidade policial mesmo não portando arma de fogo é também uma atitude perigosa, pois se for identificado como PM mesmo sem arma a consequência da represália ou execução é a mesma neste caso. A respeito deste aspecto Muniz (1999) identifica que:

> No dia-a-dia dos encontros intencionais e das colisões inesperadas com o "outro", os PMs cariocas da blue line rapidamente aprendem que não basta ocultar apenas da "bandidagem" a sua identidade policial, por exemplo, quando pegam o ônibus para voltar para casa, quando resolvem tomar uma cerveja com amigos durante a folga, quando vão com a esposa ao supermercado fazer compras ou simplesmente quando retornam para o seu local de moradia, lugar por vezes controlados pelo pessoal do tráfico. É preciso, ainda administrar a sua condição de PM nos seus espaços privados e informais de sociabilidade. (MUNIZ, 1999, p.260)

Elaborei uma pesquisa eletrônica, que enviei para os meus colegas policiais militares através das redes sociais[30], no intuito de analisar algumas questões como: Você já sofreu ameaça de morte? Você porta arma de fogo quando não está de serviço? Você já se deparou, fora de serviço, com algum criminoso que tenha prendido ou feito alguma ocorrência? Você porta sua identidade funcional quando não está de serviço? Você reagiria em caso de assalto? Recebi 138 respostas.

Tabela 7: Pesquisa sobre ameaça de morte.



Base: 138 entrevistas com policiais militares

De acordo com analise da pesquisa 57,9% dos policiais militares que responderam o questionário dizem já terem sofrido ameaça de morte, sendo este um fato subjetivo. Repórteres investigativos, juízes, promotores, delegados e advogados também sofrem esse tipo de ameaça, por exercerem cargos que se ocupam em denunciar pessoas e prende-las sofrendo assim represália verbal indireta por indivíduos que se sentem prejudicados.

[30] A pesquisa foi divulgada através do facebook, e-mail e whatsapp. Para que tivesse a maior abrangência possível foi compartilhado entre grupos cujo integrantes fossem policiais militares.

Dissemelhante dos fatos objetivos, como briga de vizinho, briga de marido e mulher, que a ameaça parte de um discurso direto, criando um afronto contra a honra e a moral do indivíduo, onde o convívio e a aproximação das partes envolvidas são estreitas.

Diante do exposto tornam-se distintos o fato subjetivo que são os casos de ameaça no trabalho, feito por um criminoso, como exemplo um confronto no qual o policial de serviço troca tiros com marginais, existe uma ameaça de morte contra o militar que representa uma instituição, e não contra a pessoa do policial militar, isso precisa estar desmembrado para que haja o equivoco de sentir ameaça potencial no exercício da função, quando não estiver atuando em razão dela, diferentemente o fato objetivo, contra a pessoa e não em razão da profissão que ela desempenhe, neste caso é um risco concreto de ameaça, feito por qualquer pessoa que se tem uma aproximação, como exposto no parágrafo anterior.

Esse ideário de sentir-se ameaçado explica o motivo pelo qual leva o policial a andar armado em toda e qualquer ocasião, em estado de alerta 24 horas por dia, elevando ainda mais o stress e o estado emocional combativo, reagindo de imediato a qualquer agressão.

Tabela 8: Pesquisa porte de arma fora do serviço.

Base: 138 policiais entrevistados

Os dados desta pesquisa indicam que 75,3% dos policiais militares que participaram desta enquete, andam armados fora do serviço, comparando com os números de policiais mortos na folga em 2014, verifica-se que 91,1% deles portavam arma de fogo e 8,8% não portavam sua arma, dos policiais militares baleados fora do serviço em 2014, 98% portavam arma de fogo e 1,9 não portavam arma. Esses dados mostram o equivoco do policial em portar arma de fogo em qualquer ocasião, nos casos em que os policiais foram abordados como "vítimas indiferentes" o objetivo do criminoso não era executar o policial e sim subtrair algum bem, a partir do momento que o policial ofereceu reação ou apresentou arma de fogo é

que o "modus operandi"[31] muda de intenção, não sendo o objetivo neste caso, só a subtração do produto, sim a subtração da arma e também a execução do policial.

> Um caso que chamou atenção ocorreu no dia 09 de março de 2014, lotado na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Caju, o soldado Ttus Lucius Bessa de Farias, 31 anos, morreu ao ser identificado como policial durante um arrastão em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Morador do município, o PM seguia em seu carro pela Rua Silva Fernandes, no bairro Parque Duque, quando se deparou com os assaltantes, próximo à sede da Guarda Municipal. Ele ainda escondeu sua arma, mas os bandidos a encontraram e efetuaram dois disparos contra a cabeça do soldado, que morreu na hora. (TRINDADE, 2014)

Ou seja, analisando o caso citado acima e comparando com os 76 policiais mortos ou baleados em assalto no ano de 2014, expostos na tabela 3, podemos atribuir a arma de fogo portada pela vítima, como um agravante para a vitimização, pois como dito anteriormente sobre "vítimas indiferentes" essas abordagens foram originadas em virtude à subtração de algum bem, diante de uma reação ou identificação da arma portada pela vítima é que o objetivo do criminoso muda de intenção, neste caso a subtração da arma e a execução do policial.

Analisando os números de mortes de policiais militares, sua frequência e circunstâncias, no intuito de enfatizar a importância dos Concelhos Comunitários de Segurança no processo de gestão de segurança pública, foi elaborado pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, um relatório baseado nos registros administrativos das ocorrências envolvendo policiais militares como vítimas, o documento denominado Diagnóstico de Vitimização Policial foi apresentado em um whorkshop, "Conselhos Comunitários de Segurança: Construindo o futuro da segurança pública no Rio de Janeiro" realizado no auditório da Caixa Econômica Federal, no Centro do Rio em 11 de junho de 2015, que contem orientações aos policiais militares de folga.

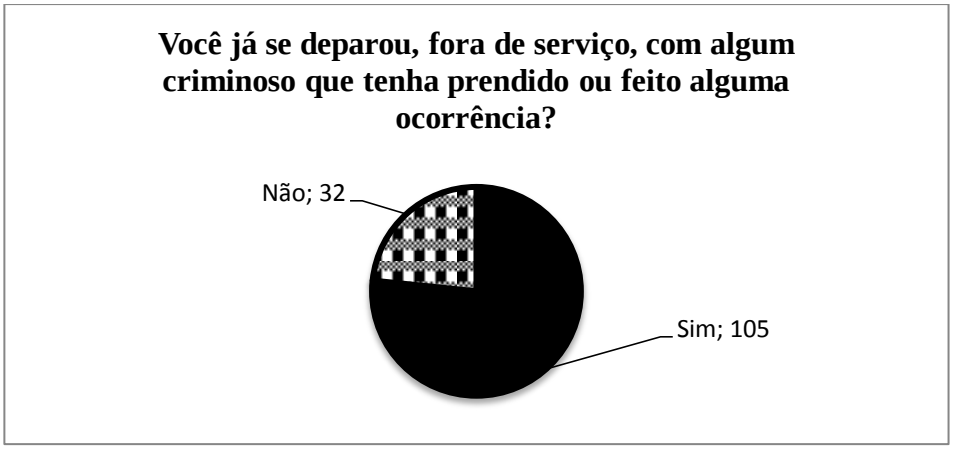
> A condição de policial militar exige um estilo de vida diferenciado; logo, recomenda-se evitar: 1. Locais onde, sabidamente, frequentam pessoas com índole duvidosa; 2. Evitar ostentar bens de valor que possa enquadrar-se em um possível estereótipo policial, ou despertar o interesse do criminoso; 3. Se possível, evitar andar armado. Pois, em uma abordagem criminosa, caso o policial não consiga neutralizar a injusta agressão, as chances de vitimização são consideráveis. (EMG/EGQ-PMERJ, 2015)

Enfim, a decisão de portar arma de fogo fora de serviço é individual, mas que seja muito refletida por cada um e sempre de maneira lúcida, pois não há uma padronização, cada

[31] É uma expressão em latim que significa modo de operação, utilizada para designar uma maneira de agir, operar ou executar.

caso deve ser bem analisado, no caso citado acima o policial teria preservado a sua vida se não estivesse portando a sua arma de fogo, seria vítima indiferente e não seria mais um dado na vitimização policial, sem a velha e superada ideia de que deva estar armado e pronto 24 horas por dia, como se estivesse em um perigo iminente, com criminoso onipresente disposto ao confronto em qualquer ocasião.

Tabela 9: Fora de serviço o policial se deparou com algum criminoso que tenha feito ocorrência.



Base: 138 policiais militares responderam a enquete

Estes dados correspondem a 76% dos policiais militares que se depararam com um criminoso. É comum que, o espaço onde vive o policial militar seja próximo ao público para o qual presta serviço, pois vive em bairros da periferia ou comunidades de comum acesso desses criminosos. Muitos policiais trabalham na área de atuação dos batalhões onde residem, isso contribui para o fato de portar arma de fogo na folga, pois frequenta os mesmos locais que abrange a sua área de patrulhamento, onde aborda pessoas e efetua prisões, essa é outra problemática, pois em momento de folga a probabilidade de se deparar com algum criminoso é maior do que se frequentasse em locais distantes da sua área de atuação. Além de o policial residir próximo ao local que atua quando está de serviço, existe uma problemática maior, que é frequentar na sua folga, locais incompatíveis[32] com a sua função, fato que é inclusive classificado como transgressão de disciplina no regulamento, como exemplos as casas noturnas, bailes funk, boates de prostituição, quadras de escola de samba. Locais onde, sabidamente, frequentam pessoas com índole duvidosa.

[32]DECRETO Nº 6.579, de 05 de março de 1983, RDPM Art. 14, inciso I, Anexo I, parte II Relação das transgressões, Item 43

Diante disso, se deparar com algum criminoso é muito provável, pois até mesmo os que já cumpriram suas dívidas com a justiça voltarão para o local onde moravam, neste caso para o policial trabalhar, residir e frequentar localidades em comum aonde trabalha, reverbera em uma grande exposição, o que leva a crer na hipótese que não teria lógica portar arma de fogo no momento de folga se o seu local de atuação fosse distante do local aonde reside ou frequenta nos momentos de lazer.

Tabela 10: Pesquisa o porte da identidade fora do serviço.

Você porta sua identidade funcional quando não está de serviço?	
Sim, escondida e não ando armado.	**30**
Não	**10**
Sim, e ando armado por este motivo.	**98**

Base: 138 questionários respondidos

O porte da identidade do policial militar é obrigatório conforme o regulamento disciplinar da corporação, "Deixar de portar o Policial Militar o seu documento de identidade, estando ou não fardado, ou de exibi-lo quando solicitado"[33], sob pena de ser advertido em sua ficha disciplinar. Diante disso observamos que 93% dos policiais militares entrevistados portam a identidade, porém essa obrigatoriedade os leva a portar sua arma de fogo, pois ao ser abordado por um marginal e descoberto a sua identificação com ou sem arma, o perigo de ser executado será o mesmo, embora seja mais difícil esconder uma arma, que esconder a identidade, desse modo a obrigatoriedade de portar a identidade funcional contribui com vitimização policial, pois ao ser abordado em caso de assalto a "vítima indiferente" que não é selecionada pelo exercício da função e sim pelo produto a ser subtraído, mas que ao ser identificado que a vítima trata-se de um agente de segurança pública o objetivo da abordagem já passa a ser não só a subtração do produto e sim a eliminação de um "componente" do efetivo da Polícia Militar. Em conversa informal com alguns policiais eles exemplificaram suas estratégia de ocultar a identificação dentro do sapato, em compartimento improvisado costurado na roupa, em bolsa de mão, pochete ou bornal, pois em caso de assalto a primeira atitude do marginal é vasculhar a carteira para procurar dinheiro e cartão de crédito, consequentemente pode ser descoberta a identidade, por este motivo eles dizem não portar sua identidade no interior de suas carteiras.

[33]DECRETO Nº 6.579, de 05 de março de 1983, RDPM Art. 14, inciso I, Anexo I, parte II Relação das transgressões, Item 80

Tabela 11: Pesquisa sobre reação em assalto.

Você reagiria em caso de assalto?	
Sim, no caso de ser identificado como policial.	**26**
Sim, mesmo não sendo identificado como policial.	**87**
Não sendo identificado eu não reagiria.	**24**

Base: 137 entrevistas

Percebe-se que 81,8% dos policias militares que responderam a pesquisa reagiria em caso de assalto, demonstrando como foi dito anteriormente o ímpeto "ethos gerreiro" em combater e exterminar o inimigo, embora a atitude de nunca reagir, não seja sinônimo de covardia, sim de autocontrole e analítico da situação, pois em caso de não ser identificado e não reagir além de garantir a sobrevivência se pode atuar com outras estratégias como, por exemplo, seguir a distância os criminosos, ligar para a sala de operação passar os dados e a rota dos assaltantes, proceder até uma viatura e juntamente com uma guarnição fazer rondas em busca dos criminosos, já que a fisionomia, características de vestimenta e direção que os elementos se evadiram foi testemunhado pelo abordado, enfim tomar uma atitude individualmente na maioria dos casos não os torna heróis e sim vítima da ação.

3 - Estrutura e organização da Policia Militar, para formular suas práticas e doutrinas que afeta a forma que seus integrantes agem.

3.1 - O Ethos guerreiro contribui com o aumento nos índices de vitimização.

Após a ditadura a Constituição Cidadã de 1988 veio elencar a segurança pública como dever do Estado "Art. 144 – A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio". Nesse contexto a atual política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro estabelece que a PM tenha a função da pacificação social, a manutenção da ordem, da tranquilidade e o interesse da vida em coletividade, onde seus agentes deveriam ter uma postura democrática e pedagógica, entretanto seu modelo institucional militarizado dificulta a missão de gestor da ordem e mediar conflito, de forma que suas ações se tornam mais autoritárias e reativas.

> A hierarquia militar a estrita obediência e a negação da autonomia que, se pode ser indispensável às funções a serem executadas no cenário da guerra, revelam-se obstáculos importantes na atuação policial, tanto no que diz respeito a sua necessária autonomia de decisão na prática de suas funções profissionais, quanto no modo pelo qual se deve fazer a avaliação de sua

> conduta na eficácia obtida na mediação dos conflitos, medida não pelo grau de obediência as ordens superiores, mas pela sua criatividade na condução de negociações bem sucedidas (KANT DE LIMA, 1997, p.86)

Por ser força auxiliar do Exército herda também regulamentos, rotinas, estrutura, doutrinas e formação dos seus integrantes, tendo como base a disciplina e hierarquia, e o indivíduo sofre uma naturalização desses comportamentos, assumindo o "ethos[34] guerreiro"

> A masculinidade violenta pela qual procuram aceitação, respeito e pertencimento ao grupo de pares, muito naturalizam essa situação como um componente definitivo da interação social, ou ainda o orgulho do homem pela capacidade destruir fisicamente o inimigo.(ZALUAR, 2004, p.398)

Tabela 12: Policiais Militares vitimados no Rio de Janeiro em 2014 classificado por gênero.

Situação / Gênero	Mortos		Baleados	
	Serviço	Folga	Serviço	Folga
Homem	13	68	122	52
Mulher	1	0	2	0

Fonte: Pauta do dia em www.robertatrindade.com.br

Conforme os dados acima se observam que o número de policiais femininas vitimadas em relação aos homens, no Estado do Rio de Janeiro, é de 1 para cada 85 vítimas. A incorporação do homem na vida militar, no período de formação, faz com que ele crie a doutrina de que as suas emoções e fraquezas não são mais atenuantes para o não cumprimento de uma missão, o objetivo deve ser alcançado cumprindo rigorosamente as ordens legais das autoridades a que estiver subordinado, mesmo com o sacrifício da própria vida.

> O paradigma militarista - Atividade policial referida a táticas de guerra: inimigo, cerco, vitória. Formalismo burocrático e militar. O modelo castrense tem a pretensão de "vencer" o crime (princípio militar da vitória), de erradica-lo, de "acabar" com a "desordem". (SILVA, Jorge. 2008, tópico 6.2 cap. VI)

Os Policiais Militares em função do seu comportamento, o "ethos guerreiro" citado anteriormente, em diálogo com o conceito apresentado por ZALUAR (2004), tendo como recurso o emprego de táticas combativas, são mais vulneráveis a serem vitimados, já que a natureza do seu trabalho ostensivo exige que eles fiquem na rua em contato diário com os

[34].Ethos quer dizer a conduta dos atores é efetivamente regulada por princípios de escolhas práticas valorativamente orientadas, por princípios interiorizados que guiam nossa conduta de forma que, "a força do ethos é ter-se tornado uma moral". (BOURDIEU, 1983, p.104).

cidadãos[35]. Decorre daí a sua maior exposição à observação e controle social, por estarem na linha de frente de confronto com a criminalidade.

Nesse sentido, Michel Misse (2014) fala que a polícia brasileira é uma polícia construída para o combate. Há uma concepção de combate, de punição. Não uma concepção de investigação.

Essa forma de atuação acaba virando um "*habitus*"[36], ou seja, passa ser a forma pela qual se percebe e julga a realidade e, a partir dela, passa-se a ordenar as práticas o que leva à referida rotina, na qual a desumanização acaba sendo inevitável.

Em consequência desse "habitus" as Polícias brasileiras matam quatro vezes mais que a dos EUA, de acordo com o 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, uma vez que pelo menos 1.890 brasileiros morreram em confronto com policias, o que dá uma média de cinco mortos por dia.

> A polícia tem que garantir a dignidade humana e isso não combina com auto de resistência elevado. Hoje a polícia mata cinco pessoas por dia no país. Ela morre e mata muito. É um ciclo perverso de brutalidade. Temos que mudar isso. A violência está comprometendo o futuro. Cerca de 70% dos homicídios são de jovens negros, pobres e moradores de periferia. Isso é barbárie. (IBIS, 2014)

Os índices de "*auto de resistência*"[37] nos anos de 2005, 2006 e 2007 atingiram o seu ápice, sendo contabilizados, respectivamente, 1098, 1063 e 1330 casos no Estado, segundo ISP-RJ/Necvu-UFRJ. Nestes mesmos anos houve o que se pode chamar de uma descontinuidade nas políticas de segurança pública, diante da passagem de três secretários estaduais de segurança num curto período de tempo, fazendo com que algumas ações dos órgãos de segurança não fossem legítimas[38], como por exemplo, incursões no intuito de apreender armas e drogas, e prender pessoas ligadas as facções, isso em horário de movimentação de moradores sem planejamento, "*balas perdidas*"[39], pânico entre as pessoas

[35] Caravana comunidade segura, p. 12, Rio de Janeiro, Viva Rio, 2006.
[36] O habitus é uma categoria mediadora que transcende a fronteira entre o objetivo e o subjetivo; consiste em uma matriz geradora de comportamentos, visões de mundo e sistemas de classificação da realidade que se incorporam aos indivíduos, ao mesmo tempo que também se desenvolvem neles, seja no nível das práticas, seja no da postura corporal desses mesmos sujeitos (BOURDIEU, 2003).
[37] Auto de Resistencia é uma medida administrativa criada durante a ditadura militar para legitimar uma morte protagonizado pelas forças policiais em caso de resistência a prisão.
[38] A legitimidade é a crença social num determinado regime, a fonte do respeito e da obediência consentida, o Estado como a instituição humana que detém o monopólio da violência legítima, onde somente ele pode exercitar e empregar esse tipo de ação com a legitimidade dada pela sociedade. (MAX WEBER, 1979)
[39] Vítima de bala perdida, pessoa que não tem nenhuma participação ou influência sobre o evento no qual ocorreu disparo de arma de fogo sendo, no entanto, atingida por projétil. Bala Perdida, RJ,ISP, 2007.

que ficavam em meio ao confronto ou reféns dentro da sua própria casa sem poder sair e outros sem poder voltar para sua residência.

Tabela 13: Dados numéricos de auto de resistência e morte de Policiais no Rio de Janeiro.

Auto de Resistência	**2014**												
	Jan	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**	**Total**
Capital	32	21	21	18	28	20	21	13	15	13	24	21	247
Baixada	5	16	16	13	13	15	27	20	24	12	28	8	197
Grande Niterói	6	13	6	4	9	8	5	11	6	12	7	8	95
Interior	7	6	3	2	3	2	4	1	4	8	4	1	45
Morte Policiais	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**	**Total**
Capital	2	7	5	2	3	3	3	7	3	5	5	3	48
Baixada	0	4	3	0	3	5	1	1	1	1	3	4	26
Grande Niterói	0	1	1	0	0	1	0	1	1	1	2	2	10
Interior	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3

Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Em 2014 foram 87 policiais executados e 584 pessoas mortas em confronto, percebe-se que este número em relação aos auto de resistência no Estado do Rio de Janeiro, é de 1 agente assassinado para cada 6,7 pessoas vitimas de auto de resistência. Ou seja, em média 1,6 pessoas morreram a cada dia, ou 1 pessoa morta pela policia em cada 15 horas. Isso explica as palavras do comandante interino da PM em entrevista para o jornal O Dia de 10 de novembro de 2014. “Polícia morre e mata muito. Temos que mudar” diz o Coronel Ibis Silva. Ocorre que a desumanização da pessoa que constitui o policial militar é oriunda do próprio histórico de confronto estabelecido pelas instituições de segurança pública, a desconstrução do estereótipo do policial combativo tem que haver internamente entre o efetivo, para que haja uma humanização do policial e com isso a valorização da vida em qualquer circunstância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Embora o número de policiais militares vitimados na folga seja relevante, nem todos os casos podem ser classificados como vitimização policial. Para pensar essa classificação, em diálogo com Luis Jiménez de Asúa (apud NOGUEIRA, 2006), podemos pensar na distinção entre, "vítimas indiferentes" e "vítimas determinadas". Não podendo classificar como "vitimização policial" aqueles casos em que a função da vítima, de policial militar, não aparece ter relação com a sua morte.

A pesquisa levou-me a perceber que muitos policias têm sido vítimas do próprio comportamento, que chamei de "ethos guerreiro" valendo-me do conceito apresentado por Zaluar (2004), em que reagir, lutar, combater, exterminar o inimigo ou ser exterminado, assim como diz o juramento policial, é incorporado pelo policial militar. Neste caso, em atividade, o sacrifício da própria vida é para a segurança da comunidade em contra partida e não diferente dos policiais os marginais agem da mesma forma guerreira, muitos por criarem em suas mentes o espirito combativo contra as forças policiais e outros para serem reconhecidos em suas facções e promovidos na hierarquia do tráfico de drogas.

É importante a mudança no comportamento do policial fora do serviço, para que se possa reduzir a letalidade e a vitimização policial, também a importância, no nível das políticas públicas, de uma política voltada para a legalização das drogas, sendo estas vendidas sobre prescrição médica e fiscalizadas pelo governo, na qual os usuários pudessem ser cadastrados e tratados. Isso implicaria na diminuição do poder aquisitivo que o tráfico de drogas proporciona as facções e acabaria com o financiamento de armas e material humano recrutado pelo tráfico, que ecoa num sentimento de (in)segurança explicitado pelo volume de acontecimentos divulgado pela mídia. Fantazzini (2002) "a violência no Brasil já assumiu proporções de guerra". Essa guerra entre policia e bandido que a população vivencia ocasiona uma desordem pública como afirma SILVA, J. (2008):

> No paradigma castrense, falar de ordem pública é, curiosamente, falar em desordem pública, de combate, de guerra, contra inimigos abstratos que, no atacado, estariam à espreita em lugares suspeitos e determinados. (SILVA, Jorge. 2008, tópico 6.2 cap. VI)

Assim sendo o projeto de pacificação elaborado pela segurança publica do Estado do Rio de Janeiro, se tornaria mais eficaz com o reforço de uma política pública que complemente o viés pacificador e contribua com a atuação da policia militar, onde já não mais seria priorizado o confronto e o combate as drogas e sim a segurança do cidadão conforme diz

a declaração universal dos direitos humanos no código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei[40] no Art.1º diz "os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem sempre cumprir o dever que a lei lhes impõe, servindo a comunidade e protegendo todas as pessoas contra atos ilegais, em conformidade com o elevado grau de responsabilidade que a sua profissão requer".

Percebe-se nesta análise que o policial torna-se também vítima do próprio sistema, pois o foco em combater a criminalidade como prioridade, executando a missão determinada pelo governo sem saber exatamente qual é o objetivo e qual o seu fim, quando são perguntados qual é o foco da incursão que resultou no confronto, a resposta é sempre mecânica que o intuito é apreensão de armas e drogas, ficando aberto o seguinte questionamento, e a proteção do cidadão?

> Determinadas condutas podem ser objetivamente orientadas para determinados fins sem que tais fins sejam explicitamente concebidos como tais na mente dos agentes, constituindo-se assim como estratégias desempenhadas sem intenção estratégica (BOURDIEU,1990).

Neste sentido, a desumanização do indivíduo policial se deu devido ao cotidiano de confrontos articulados pela própria política de segurança pública, com isso não só o comportamento "ethos guerreiro" como a não valorização da vida, resultam na vitimização dos próprios policiais, assim como de pessoas da sociedade não ligadas ao crime organizado, desconstruir este ideário de policial guerreiro e combativo, deve partir de dentro da instituição com o seu efetivo, para fora dela com a sociedade civil.

Conclui-se que a identidade funcional do policial militar se torna um fator que impacta a vitimização do policial, como já existe um projeto de um cartão magnético com um chip que identifica todos os dados dos funcionários públicos do Estado, o ideal seria que esse documento fosse utilizado como a identificação do agente de segurança pública.

Há políticas que visam dificultar a identificação do policial militar. Em 2008, por exemplo, foi criado a ID Funcional, pela Secretaria de Planejamento e Gestão, para todos os funcionários ou servidores público do Estado do Rio de Janeiro, o documento confeccionado nos moldes de um cartão magnético possui um chip no seu interior. Em algumas repartições ele é utilizado para autorizar o acesso de funcionários, cartão de ponto eletrônico ou apenas

[40] Adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 17 de dezembro de 1979, através da resolução nº 34/169.

como identificação contendo todos os dados do usuário armazenados no chip e facilmente verificado pelo software e hardware leitor instalado pela instituição.

Dentre essa iniciativa poderia ser substituída identidade funcional do policial militar pelo cartão magnético ID Funcional, com o aparelho leitor disponibilizado em cada viatura, nos batalhões e nas delegacias, onde somente identificaria os dados do policial, armazenado no chip, inserindo o cartão, porém a exigência do estado foi que se fizesse a inclusão e a atualização cadastral e não a substituição do ID Funcional pela identidade funcional do PM, o que seria de grande valia essa mudança, uma vez que, em caso de uma abordagem efetuada por criminosos o policial não seria identificado, consequentemente não seria vitima de morte em caso de assalto, caso estivesse desarmado.

A violência letal contra o policial militar fora do serviço se dá em sua grande maioria em assaltos, cujo agente é abordado pelo meliante e no hábito de ethos guerreiro reage sem que antes analise as possibilidades, assim o policial acaba sendo alvejado por outros comparsas que ali se fazem presentes para contribuir com o ato ilícito. Nesse aspecto o policial militar, por ter introjetado os valores do "ethos guerreiro" também torna-se vitima do sistema de segurança e justiça criminal. Neste aspecto o Estado coloca esse policial em risco ao efetuar a formação profissional baseada na filosofia militar de combate, em não rever políticas públicas que possam diminuir ou erradicar a entrada de armas e entorpecentes no território, em não proporcionar condições de moradia aos seus integrantes em locais seguros, em relação ao local de trabalho e residência, que não seja no mesmo território, para que estes profissionais não frequentem locais em comum nos horários de folga e de trabalho, em não rever a obrigatoriedade de portar identidade no regulamento disciplinar em vista a promover segurança aos componentes da instituição, em autorizar e incentivar o porte da arma pelo policial fora do serviço, exigindo que ele atue diante de um crime para não incorrer assim na omissão ou prevaricação como descreve o Art. 301 do CPP, Art. 13 e o Art. 319 do Código Penal. Diante disso o policial atua cumprindo um papel que por Lei deveria ser dever do Estado[41] à garantida de segurança pública ao cidadão, incluindo ele próprio, pois fora do serviço o policial militar é um cidadão.

[41] A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Titulo V, Capítulo III, Art. 144. Da Constituição Federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Flavio. **O Dia Flagra delegacias fechadas de madrugada, em vários bairros, atendimento é suspenso, e unidades ficam fechadas durante toda a noite**. O Dia, Rio de janeiro, 2015. Arquivo disponível em <odia.ig.com.br> Acesso em 09 mai. 2015.

BASTOS, Marcelo. **Rio: cidade dividida por facções criminosa e milícia**. Rio de Janeiro, 2009. Arquivo disponível em <temosisso.blogspot.com.br> Acesso em 10 mai. 2015.

BOITEUX, L. CASTILHO, E. VARGAS, B. BATISTA, V. & PRADO, G. **Relatório de pesquisa: Tráfico de drogas e constituição**. (Projeto pensando o direito), 229f. Rio de Janeiro / Brasília, UFRJ / UnB, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BURGOS, M. B. Favela, cidade e cidadania em Rio das Pedras. In: (Org.) **A utopia da comunidade – Rio das Pedras, uma favela carioca**. Rio de Janeiro: PUC-Rio Loyola, 2002.

CAMPOS, A. F. **A importância da preparação do policial quanto ao uso da força letal**. 2008. 39f. Artigo, Goiânia, REBESP, 2008. Arquivo disponível em <http://revista.ssp.go.gov.br/> Acesso em 20 abr. 2015.

COLLOVINI, T. L. G. **Pichação: Autoafirmação juvenil e territórios de promoção da periferia de porto alegre**. 2010. 73f. Monografia de Graduação, Porto Alegre, UFRGS, 2010

DUARTE, Mário Sérgio de Brito; SILVA, Robson Rodrigues da; OLIVEIRA, João Batista Porto de & SILVA, Leonardo de Carvalho (org.) **Bala Perdida**. Rio de Janeiro: ISP, 2007. Arquivo disponível em <www.isp.rj.gov.br.> Acesso em 26 mar. 2015.

FRANCO NETTO, Francisco de Abreu. **O problema do crack: emergência, respostas e invenções sobre o uso do crack no Brasil**, 92 f. Tese de Mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, FIOCRUZ 2013.

FERRAZ, Claudio Armando. **Crime organizado: diagnóstico e mecanismos de combate**. 2012. 81f. Monografia do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, CAEPE 2012.

FIGUEIREDO, I. S. NEME, C. & LIMA, C. S. L. **Direitos humanos (Coleção pensamento a segurança pública)**, v. 2, 382 f, Brasília, Ministério da Justiça, SENASP, 2013.

KANT DE LIMA, Roberto. Direitos civis, estado de direito e "cultura policial": a formação policial em questão, **grupo de trabalho para avaliar a Segurança Pública no Brasil,** Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Rio de Janeiro, 1997.

LIMA, R. S. & BUENO, S. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, Fórum brasileiro de segurança pública, São Paulo, 2014.

MAGALHÃES, Theresa Calvet de. "Violência e/ou poder." In: **Poder, normalização e violência. Incursões foucaultianas para a atualidade**, por Org. Izabel C. Friche Passos. Belo Horizonte, Autêntica, 2008

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999, 413f. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ 1999.

MISSE, Michel. A polícia brasileira é construída para o combate. **Revista Época**, São Paulo, 11 nov. 2014.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. 1999. 300f. Tese de doutorado em Ciências Políticas, Rio de Janeiro, IUPERJ 1999.

MUNIZ, J. O. & SILVA, W. F. **Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa**. Dossiê, São Paulo, PMESP,2009

MUNIZ, J. O. & SOARES, B. M. **Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro**, 206f. UNESCO, Ministério de Justiça, Rio de Janeiro, 1998.

NOGUEIRA, Sandro D'Amato. **Vitimologia – Brasília Jurídica**, Brasília, 2006.

PEREIRA, Rafael e BLANC, Valéria. A invasão do comando azul – A ameaça das milícias que estão tomando o lugar dos traficantes no Rio. **Revista Época**, São Paulo, 16 dez. 2006

RAMOS BARBOZA, Paulo Sérgio. **Discurso na ALERJ para os deputados estaduais**. Sessão: Ordinária, Expediente: Final, Rio de Janeiro, 26 nov. 2013. Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/> Acesso em 22 abr. 2015.

RAFAEL, Antônio. **Um Abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro**.(Segmentaridade e tráfico de drogas no Rio de Janeiro). Niterói: EDUFF, 1998.

RAMALHO, Oswaldo Luiz de Menezes. **A REPRESSÃO AO TRÁFICO DE DROGAS NAS FAVELAS CARIOCAS**. Monografia - UCAM, 2010.

SOUZA, Edinilsa Ramos de. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho**. Ciência e saúde Coletiva, v.10, n.4, p.917-928, 2005.

SILVA, Edilson Márcio Almeida da. **Mídia e construção social da realidade: algumas considerações sobre os critérios de representação da "violência urbana" na imprensa carioca**. 18 f. Niterói, PPGA/UFF, 2007.

SILVA, Jorge. **Concepções sobre a segurança pública no Brasil. Paradigmas em competição**. (Criminologia crítica: Segurança e polícia), tópico 6.2 do capítulo VI. Rio de Janeiro: Forense, 2008.Disponível em <http://www.jorgedasilva.com.br/>. Acesso em 26 fev. 2015.

SILVA, Ibis. **Polícia morre e mata muito. Temos que mudar**. Rio de Janeiro, 2014. Entrevista concedida a Constança Rezende do Jornal o Dia em 10 de novembro de 2014.

SZABO, Ilona. **Segurança pública e desenvolvimento institucional das polícias: (Caravana comunidade segura)**, 49 f. Rio de Janeiro, Viva Rio, 2006. Disponível em < http://www.avozdocidadao.com.br/>. Acesso em 24 mar. 2015.

TRINDADE, Roberta. **Estatística de policiais mortos e baleados em 2014**, Pauta do dia notícias de polícia e segurança pública, Rio de Janeiro, 2014. Disponivel em <http://robertatrindade.com.br/>. Acesso em 19 mar 2015.

ZALUAR, A. NORONHA, J,C. & ALBUQUERQUE, C. **Violência: Pobreza ou Fraqueza Institucional?** Cad. Saúde Pública Rio de Janeiro, 10: 213-217, 1994.

_____. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1º edição, 2004.

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. **Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz?**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>; <http://www.scielo.br>. Acesso em 24 mar. 2015.